

«Pela primeira vez, dois países pertencentes a blocos militares, diferentes, um à N. A. T. O. e outro ao Pacto de Varsóvia, estabeleceram acordos de amizade e cooperação, o que tem especial significado e importância», declarou o Presidente Costa Gomes ao regressar da sua visita oficial à Roménia, tendo sublinhado que este processo agora iniciado «pode ser um começo para uma nova política europeia de desanuviamento e de extinção de blocos, afirmando-se a cooperação europeia noutros moldes diferentes dos que actualmente existem».

O avião presidencial — um «Boeing» da Força Aérea — aterrou no Aeroporto da Portela ao princípio da tarde de ontem, trazendo a bordo a comitiva que acompanhou o general Costa Gomes nesta histórica visita ao «primeiro país que reconheceu o regime implantado depois do 25 de Abril», como sublinharia o Chefe de Estado nas declarações proferidas momentos depois na sala dos «Vips».

O general Carlos Fabião, que exercera as funções de Presidente da República interino após a partida do almirante Pinheiro de Azevedo para os Estados Unidos, cumprimentou o general Costa Gomes e esposa á saída do avião, no que foi acompanhado por outros membros do Conselho da Revolução, entre eles o primeiro-ministro, general Vas-

co Gonçalves, almirante Rosa Coutinho, major Pereira Pinto, capitão Vasco Lourenço, major Vítor Alves e general Pinto Soares, membros do Governo, como o coronel José Augusto Fernandes, comandante Correia Je-

suino e major Costa Martins, além de outras individualidades.

Após uma breve troca de impressões com o general Carlos Fabião, o Presidente da República dirigiu-se directamente para a sala dos

«Vips», onde recebeu os cumprimentos das diversas individualidades civis e militares que se deslocaram ao aeroporto. Entre elas, os ministros Magalhães Mota, Pereira de Moura, Salgado Zenha e Sá Borges, e os secretários

de Estado Jorge Campinos, Gonçalo Ribeiro Teles e Freitas Branco e o procurador-geral da República, dr. Pinheiro Farinha, entre outros.

(Continua na 3.ª página)

DINAMIZAR O SECTOR INDUSTRIAL E CONTROLAR A PRODUÇÃO E O MERCADO

— preocupação do respectivo secretário de Estado —

Falando sobre as linhas de actuação do seu Ministério, o eng.º Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, refere-se, nesta sua entrevista, ao «Diário de

Notícias», ao papel fundamental da participação dos trabalhadores no «contrôle» da produção.

A propósito, este membro do Governo aponta formas desse

«contrôle», já em experiência em alguns sectores, diferentes, das nacionalizações. Formas essas que, o eng.º Martins Pereira considera, neste momento, «mais progressistas e mais

avanzadas» do que as próprias nacionalizações, porque mais propícias à participação das massas trabalhadoras.

Entrevistado no seu gabinete, instalado no antigo Palácio de Condeixa, na Rua da Horta Seca, o eng.º Martins Pereira — antes de dois ensaios sobre a realidade portuguesa, «Pensar Portugal Hoje» e «Indústria, Ideologia e Quotidiano» — afirmaria, ainda, que a actuação do seu Ministério compreende medidas a adoptar a curto prazo. No entanto, como sublinhou, e no âmbito desta actuação, a sua preocupação fundamental é a dinamização do sector industrial, tendo em consideração duas grandes linhas de acção: a dinamização pelo «contrôle» da produção e a dinamização pelo mercado.

O secretário de Estado da Indústria e Tecnologia falar-nos-ia, ainda, do acordo de cooperação industrial com a Polónia, no sector naval, recentemente anunciado, e da batalha da produção, a qual o eng.º Martins Pereira considera que não deve reduzir-se a um mero «slogan» publicitário.

(Continua na 2.ª página)

Apontamentos

À espera de Godot?

Godot, quem é? Na peça de Ionesco, todo o tempo se passava na espera e na esperança dessa entidade invisível que resolveria todos os problemas, quando chegasse. Quando chegasse, e se chegasse... Quem conhece a peça, sabe que nenhuma diferença há entre o princípio dela e o fim, que a mesma árvore seca cobre ou agride o mesmo esperar e o mesmo desespero. Continuaremos a literatizar? Um pouco mais, apenas, para satisfazer o gosto... Aquelas personagens dis-cutam, ferem-se, alternam ódio e reconciliação, tudo de acordo com a chamada natureza humana, para Ionesco idêntica e transmissível de todos os tempos para todos os tempos: tudo se resumiria a um eterno esperar, a um projecto contínuo, só projecto, sem começo sequer de realização, porque sem Godot nada se pode fazer e Godot não vem...

E nós, em Portugal? Godot chegou a 25 de Abril, e tornou outras vezes: Junho, Setembro, Março recente, não por predestinação ou favor especial dos deuses, mas porque aqui nos esforçamos todos os que querem a Revolução e a estão fazendo. Este Godot de carne, osso e vontade não precisa das artes da dramaturgia, mas depende da vitalidade de um pro-

cesso que muitas mãos empurram (bem ou mal) e outras muitas procuram travar. Daí certas paragens, certas suspensões, certas perplexidades — e, hoje, diante de um tabuleiro de xadrez confuso, em que se perdem as melhores argúcias políticas, é como se tudo tivesse voltado a um princípio e recomencássemos a esperar Godot.

Em datas que ficaram assinaladas e são momentos extraordinários de uma história que estamos construindo, as massas populares vieram para a rua, por si próprias movidas e fazendo suas as palavras de ordem dos partidos úteis à Revolução. A reacção atacara, o Povo respondia. E agora? A reacção ataca, ela ataca sempre, mas fá-lo sem dar espectáculo, como se precisamente jogasse na sobriedade política (poucas dezenas de armas roubadas não são coisa alguma, comparadas com as facilidades de uma fronteira aberta), e aproveitando este baralhar de cartas do Poder que está ocorrendo longe dos nossos olhos. E aqui voltaríamos à peça de Ionesco: pela primeira vez, em momento de crise, se passam tão poucas coisas à luz do dia e às claras, e tantas tão secretas, nos bastidores. E' como se o Poder (onde esteja) desconfiasse do peso das

massas populares e da sua distribuição, e, desconfiando, preferia deliberar, apresentar e praticar. Sozinho.

Até agora, os avanços foram avanços populares. Agora, espera-se Godot, como quem só avançará o que Godot quiser. Mas, afinal, quem é Godot? O mais ousado dos que são disso mesmo hipótese ou a isso se candidatam? O mais credenciado entre tantos que igualmente se consideram? O que explica? O que lisonjeia? O que combina? E, se combina, com quem e o quê? E vai ser possível combinar, sem estarmos nós na combinação? (Nós, os que defendemos o socialismo, todos nós, e não apenas, ó estultícia!, este jornal.) Que encontramos hoje ao acordar? Ou amanhã, se amanhã vier a ser? Basta de perguntas, que já muitas foram e de difícil resposta.

Pedem-nos o vigilância, pedem vigilância ao Povo. Nunca ela foi negada, mas também nunca o vigiado foi menos visível. Nunca foi tão clara e evidente a necessidade da decisão final que nos permitirá passar ao trabalho socialista. Nunca foi menos claro o gesto desse passo. Vigilância haverá, sem dúvida. Vontade de socialismo, não menos. Mas que socialismo vai trazer Godot?

INVIÁVEL A COLIGAÇÃO COM FORÇAS QUE COMBATEM A REVOLUÇÃO

— salienta um comunicado do P. C. P. sobre o momento político

Em comunicado, distribuído hoje, ao princípio da madrugada, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português pronuncia-se sobre a actual situação política, sublinhando que se torna inviável uma coligação governamental «se algumas das suas forças estão com o processo revolucio-

(Continua na 9.ª página)

servaio ae
rto, Jonas

A
A

nte Ke-

a reunião
ora com
ês movi-
Kenyatta
a confe-

página)

ANTE DO COPCON

LITRATURA

“REPÚBLICA”

DESSELAGEM DAS INSTALAÇÕES

m condi-
o ser sob
populares.
Pais em
sno, três
econheci-
gerência
ecção), os
il de tra-
endia ali
duas pri-
o direito

or Dias
cumprí-
mprensa,
o secun-
agamento
anteve-se
lema re-
ues, que
das con-
sta con-
militar
ssão fla-
entraria

imediatamente de licença, devendo o seu caso ser apreciado durante esse período. Isto, porque havia dificuldades de ordem técnica, reconhecidas inclusivamente por um dos redactores que apoiam a administração, quanto à data exacta do afastamento de Belo Marques (antes ou depois do dia 19 do mês passado, altura em que encerrou aquele vespertino).

Neste ponto, contudo, as posições eram diametralmente opostas. Enquanto Álvaro Guerra insistia na demissão colectiva do corpo redactorial, caso fosse readmitido o elemento em causa, o major Dias Ferreira afirmava convictamente o princípio de que as autoridades militares não po-

(Continua na 10.ª página)

O secretário de Estado Martins Pereira ao "D. N.":

A DINAMIZAÇÃO DO SECTOR INDUSTRIAL PASSA PELA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

(Continuado da 1.ª página)

A actuação do Governo no sector industrial

«D. N.» — Quais as linhas gerais e fundamentais da actuação do Governo, mais especificamente do Ministério da Indústria, em relação ao sector industrial?»

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — Após a tomada de posse e entrada em funções da respectiva equipa, a preocupação do Ministério da Indústria foi elaborar um programa interno compreendendo um conjunto de medidas a adoptar a curto prazo, programa que, posteriormente, foi discutido e aprovado em Conselho de Ministros Económico.

Na verdade, a maior parte dos problemas com que se debate a Indústria exige acções a curto prazo. Não são, contrariamente ao que gostaríamos de dizer, problemas de investimento e de longo prazo. Estes são problemas de fundo, pois «determinam» o futuro; temos simultaneamente de pensar neles, mas sem esquecer que o destino do processo revolucionário português se decidirá em grande parte nas decisões que forem tomadas (não só no campo industrial) a relativamente a curto prazo.

Há uma série de sectores efectivamente em crise por diversas razões. Uma delas é, sem dúvida, a desagregação do sistema económico, os mecanismos de decisão e toda uma viragem política apontando para uma nova racionalidade de produção para novas relações sociais, o que, como é natural, causou uma série de traumatismos. Outra, os problemas resultantes de ligações muito íntimas com o mercado internacional, em situação de crise, como se sabe, e, por outro lado, as dificuldades que nos foram (e têm sido) provocadas, interna e externamente, independentemente da crise capitalista que continua a arrastar-se.

Portanto, a nossa preocupação in-

te, conjuntamente, por órgãos representativos dos trabalhadores, que se aplicam a fazer o chamado «contrôle» de produção, a nível sectorial.

Há, portanto, um conjunto de empresas, há comissões de trabalhadores ou de «contrôle» de produção. O Estado, por sua vez, em ligação com essas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impor determinadas normas, intervir na repartição de investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas.

E, quando digo que este esquema

da nacionalização da Banca, passaram a ser controladas pelo Estado.

Acordo com a Polónia: um exemplo de cooperação industrial

«D. N.» — Ainda, em relação ao mercado, foi, recentemente, negociado um acordo com a Polónia respeitante à indústria naval. Qual o significado para o sector desse acordo?»

Secretário de Estado da Indústria — Este acordo é original e serve de

Entrevista de Mário Rosendo

é progressista, é neste sentido. Um esquema destes apela, de facto, para uma vigilância permanente das próprias comissões de trabalhadores, através da sua participação no órgão estatal e da sua acção a nível das empresas, o que, repito, pode ser, potencialmente, mais progressista do que, em certos casos, uma nacionalização imediata.

Isto, no entanto, não significa que não haja sectores em que só é concebível, como, aliás, já aconteceu, a nacionalização imediata, até porque eram os centros de acumulação monopolista. Essas nacionalizações teriam, pois, que ser feitas e ainda, provavelmente, haverá outras.

Há, porém, outros sectores em que a experiência do outro tipo me parece mais aconselhável.

Experiências nos sectores da metalomecânica e da indústria naval

«D. N.» — Esses sectores coincidirão com aqueles em que predominam as pequenas e médias empresas,

exemplo para outros do mesmo tipo. Neste acordo com a Polónia, que designamos de cooperação industrial, põem-se em comum meios de produção, com o objectivo de completar as capacidades existentes entre os dois países.

Para os nossos estaleiros, o acordo tem um interesse muito grande, pois pode assegurar-lhes uma ocupação bastante considerável, nos próximos anos, mas dentro de uma cooperação técnica com a Polónia que, para nós, tem um interesse complementar na medida em que poderemos adquirir, através dessa cooperação, conhecimentos tecnológicos e de projecto que não dispomos.

O acordo com a Polónia pode, assim, ter um efeito de dinamização pelo mercado, embora, na realidade, o sentido do acordo não seja criar mercados para os nossos estaleiros.

É, de facto, um acordo de cooperação industrial em que os meios técnicos, existentes nos dois países, são postos em comum para a produção que interessa aos dois países.

Para nós, seria extremamente interessante que acordos deste tipo pudessem vir a ser assinados noutros domínios e com outros países. Inclusivamente, não é de excluir que, mesmo com a Polónia, venha a haver novos acordos deste tipo, mas noutros domínios, como no sector da metalomecânica. Por parte do governo polaco, nota-se, é justo sublinhar, uma abertura e compreensão muito grandes à situação portuguesa.

A reconversão da indústria automóvel

«D. N.» — Um dos pontos que, ultimamente, tem estado em foco, é o caso das linhas de montagem automóvel. Fala-se na necessidade de reconversão dessa indústria, na diminuição de modelos automóveis montados em Portugal. Qual a política a seguir pelo Ministério da Indústria?»

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O caso da indústria automóvel é uma das heranças mais dramáticas, do ponto de vista industrial, do anterior regime, na medida em que se promoveu a instalação de duas dezenas de linhas de montagem, em que o valor acrescentado nacional é muito reduzido, e se mul-

me venham acenar com o espectro da autogestão e dos seus riscos num contexto capitalista. Quer se goste quer não, há hoje em Portugal numerosas experiências muito positivas de autogestão, não só no sector industrial, que compete precisamente aos órgãos de «contrôle» sectorial sustentar e apoiar — em conjunto com outras formas de «contrôle» da produção a nível empresarial —, e cujos riscos poderão ser minimizados se se encontrarem formas de «contabilidade social» de transição que gradualmente subtraíam o sistema económico à lógica do lucro privado. Tudo isto está por discutir, mas é de vital importância política.

Não se pode resumir a batalha da produção a um «slogan» publicitário

«D. N.» — Parece-nos que todo este esquema acima traçado sobre a dinamização do «contrôle» da produção se insere também na batalha da produção.

Não será?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — Repare que, sem o explicitar, ainda não falamos até aqui de outra crise que não fosse a batalha da produção. Eu penso que não se pode resumir a batalha da produção a um «slogan» publicitário. Seria extremamente grave que

A maior parte dos problemas com que se debate a Indústria exige acções a curto prazo. Não são, contrariamente ao que gostaríamos de dizer, problemas de investimento e de longo prazo

as pessoas fossem arrastadas por uma via desse tipo; para produzir sem saber o quê, como, para quê, para quem...

Em muitas empresas, admito que os trabalhadores tenham empenho em produzir, em tirar dos equipamentos e das suas capacidades o maior rendimento. Mas, como vimos, há problemas de mercado, de financiamento e tantos outros e penso que, de certa maneira, pode ser frustrante, em certos casos, o lançar uma batalha da produção de uma forma relativamente discriminatória.

Quando digo discriminatória é no sentido de apontar exemplos de trabalhadores — por quem, aliás, penso que deve haver toda a admiração — mas que estão em situação favorável em relação a outros que só não produzem, porque não têm condições de o fazer. E são essas condições que o Ministério da Indústria conjuntamente com outros ministérios e comissões de trabalhadores, está a tentar criar.

A imagem do trabalhador exemplar pode revelar-se um pouco contraproducente e, mais do que isso, certas afirmações que têm sido feitas recentemente e por pessoas



O secretário de Estado da Indústria ao «D. N.»; tual, do que as próprias nacionalizações progressistas, mais avançadas na fase ac «Há formas de «contrôle» com potencialidades mais

(Foto «D. N.» — Acácio Franco)

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlar a produção e de participar a fundo na dinamização do seu próprio sector, não julgo que se possa falar de uma batalha de produção verdadeiramente revolucionária

cide sobre dois aspectos muito concretos, sendo um o «contrôle» dos serviços básicos da Indústria, que tomou e tem estado a tomar formas diversas; outro, aquilo a que chamamos o programa de apoio à produção nacional. Este último tem como objectivo dinamizar aqueles sectores que, não sendo básicos, são, no entanto, extremamente importantes na Economia Nacional e que são constituídos por numerosas pequenas e médias empresas, que se encontram dearticuladas, com problemas de ocupação da capacidade produtiva, de liquidez, etc., criando situações de tensão de emprego e de rigidez da malha económica.

ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?

SECRETARIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlar a produção e de participar a fundo na dinamização do seu próprio sector, não julgo que se possa falar de uma batalha de produção verdadeiramente revolucionária

cide sobre dois aspectos muito concretos, sendo um o «contrôle» dos serviços básicos da Indústria, que tomou e tem estado a tomar formas diversas; outro, aquilo a que chamamos o programa de apoio à produção nacional. Este último tem como objectivo dinamizar aqueles sectores que, não sendo básicos, são, no entanto, extremamente importantes na Economia Nacional e que são constituídos por numerosas pequenas e médias empresas, que se encontram dearticuladas, com problemas de ocupação da capacidade produtiva, de liquidez, etc., criando situações de tensão de emprego e de rigidez da malha económica.

Numa palavra, podemos, assim, dizer que a nossa preocupação fundamental é a dinamização. Para isso, vemos duas linhas, a que chamariamos a *dinamização pelo «contrôle»* e a *dinamização pelo mercado*. A primeira é aquela que, por via de nacionalizações ou segundo outros esquemas, permite o «contrôle» efectivo de determinadas empresas e sectores.

Acentuo que, para além da nacionalização, há outras formas de «contrôle». Em determinados sectores, de que é exemplo a metalomecânica, é intenção criar mecanismos e órgãos que tenham como objectivo o «contrôle» dessas actividades, segundo um esquema que até pode vir a ser, na minha opinião, politicamente mais progressista do que a própria nacionalização (na fase em que actualmente nós encontramos). Na verdade, se não for tirado um partido político muito rápido das próprias nacionalizações, dentro das novas estruturas que delas resultem, estas podem, em certa medida, ser bloqueadoras da dinamização dos próprios trabalhadores e da sua intervenção no processo revolucionário. E julgo ser indiscutível que, sem intervenções dos trabalhadores, se corre o risco de uma simples estatização.

A outra linha das nossas preocupações é, como dissemos, a dinamização pelo mercado, que se dirigirá aos sectores, cujos problemas fundamentais são, precisamente, os de mercado. Aqui, a intervenção não pode ser, só exclusivamente, do Ministério da Indústria. O caso mais típico é o das indústrias de materiais de construção.

Tem que haver, assim, a nível global do Governo ou de outros ministérios, uma acção comum com o objectivo de intervir e dinamizar outros sectores de actividade, que não dependem do Ministério da Indústria mas que têm um efeito de arrastamento absolutamente decisivo. No entanto, isso não quer dizer que, mesmo da parte do Ministério da Indústria, não tenham sido iniciadas determinadas acções, no campo da dinamização pelo mercado.

Formas de «contrôle» mais progressistas do que as próprias nacionalizações

«D.N.» — O sr. secretário de Estado, ao referir-se ao controlo da produção, falou de outras formas e sistemas que, no seu entender, são mais progressistas do que as próprias nacionalizações. Poderá especificar essas formas?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O que digo é que há formas de controlo com potencialidades para poderem vir a revelar-se mais progressistas, mais «avanzadas» na fase actual, do que as próprias nacionalizações.

Na base de uma nacionalização, temos o Estado a tomar directamente, o lugar do empresário, o que pode conduzir a uma mera substituição de administradores, se não houver dentro dos sectores nacionalizados, e rapidamente, uma dinâmica muito grande por parte dos trabalhadores no sentido de uma participação activa no próprio processo de reestruturação desses sectores e dessas empresas.

Portanto, com as nacionalizações há um risco: o de se dar uma simples substituição de administrações. E esse risco depende da própria dinâmica dos trabalhadores. Eles terão uma palavra decisiva, mas a nacionalização, como tratamento de choque, pode, só por si, dar uma tranquilidade excessiva às próprias massas trabalhadoras com o argumento: «Agora, isto é nosso, pois o Estado tomou conta...».

Ora as formas de «contrôle» que não implicam imediatamente a nacionalização podem ser exercidas, por exemplo, por órgãos do Estado

ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estaleiros navais. Neste momento, está mesmo a criar-se uma comissão instaladora de um órgão de «contrôle» desse tipo neste sector, cuja estrutura é muito heterogénea.

Na verdade, para além de três grandes estaleiros — Lisnave, Setenave e Viana do Castelo —, que têm problemas muito específicos, há, neste sector, um conjunto de algumas dezenas de estaleiros, alguns dos quais muito pequenos e que até estão, neste momento, em regime de cooperativa de produção. Outros há de média envergadura, e outros até já com uma razoável dimensão e capacidade — São Jacinto, Mondego, etc. Tudo isto tem, pois, que ser articulado, pois há um equipamento produtivo importante, mas que está completamente desajustado e com problemas de ocupação.

E é nesse sentido que se está a lançar a experiência, estando já os trabalhadores a participar activamente na elaboração desse esquema.

Um outro caso, que posso citar, é o de um conjunto de quatro empresas metalomecânicas médias que estão, por vias diversas, sob «contrôle» do Estado. Estas empresas apresentam complementaridades tais, que nos levou a pensar que seria viável a elaboração de projectos comuns, tirando partido dos equipamentos das instalações e das capacidades técnicas. Os trabalhadores já criaram, inclusivamente, um secretariado comum a essas empresas e nós, Ministério da Indústria, vamos criar um grupo de trabalho para coordenar os vários projectos comuns.

Mas, o importante é que isto está a ser feito com a participação directa das comissões de trabalhadores das várias empresas. É, também

A reconversão da futura função do automóvel é uma tarefa eminentemente política, porque se trata de um sector que, só por si, é símbolo de determinado tipo de civilização

aqui, um esquema um pouco diferente das outras experiências, pois, caso a caso, as situações são diferentes, exigindo soluções diferentes.

A dinamização pelo mercado

«D. N.» — Para além destes problemas específicos do «contrôle» da produção há ainda os relacionados com a dinamização do mercado. Não estará, porém, esta questão também ligada ao comércio externo?

Secretário de Estado da Indústria — Está ligado e não só. Quase que diria que, resumindo muito, há, entre os sectores em crise, dois bastante importantes: o têxtil e o dos materiais de construção.

No caso do sector têxtil, que estava virado para mercado externo, é todo um programa de promoção no exterior que se tem que incrementar, o que, aliás, já tem vindo a ser feito, através do Fundo de Fomento de Exportação e de vários organismos de prospecção.

Mas, de qualquer modo, no âmbito do Ministério da Indústria, estamos a pensar, em conjunto com o Ministério do Comércio Externo, em lançar um esquema que terá como objectivo, de facto, dinamizar essa promoção externa, além de lançar as bases de uma reestruturação do sector.

Este sistema poderá, inclusivamente, ser feito através de algumas empresas importantes que, por via

interessante que acordos deste tipo pudessem vir a ser assinados noutros domínios e com outros países. Inclusivamente, não é de excluir que, mesmo com a Polónia, venha a haver novos acordos deste tipo, mas noutros domínios, como no sector da metalomecânica. Por parte do governo polaco, nota-se, é justo sublinhar, uma abertura e compreensão muito grandes à situação portuguesa.

A reconversão da indústria automóvel

«D. N.» — Um dos pontos que, ultimamente, tem estado em foco, é o caso das linhas de montagem automóvel. Fala-se na necessidade de reconversão dessa indústria, na diminuição de modelos automóveis montados em Portugal. Qual a política a seguir pelo Ministério da Indústria?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O caso da indústria automóvel é uma das heranças mais dramáticas, do ponto de vista industrial, do anterior regime, na medida em que se promoveu a instalação de duas dezenas de linhas de montagem, em que o valor acrescentado nacional é muito reduzido, e se multiplicou o numero de marcas e modelos. É um exemplo de sector que nasceu completamente distorcido e

... se não for tirado um partido político muito rápido das próprias nacionalizações, dentro das novas estruturas que delas resultem, estas podem, em certa medida, ser bloqueadoras da dinamização dos próprios trabalhadores e da sua intervenção no processo revolucionário

virado para um tipo de civilização em que Portugal nem sequer estava (nem está) inserido. E esperamos que não venha a estar.

Este caso traz-nos também uma experiência curiosa e bastante positiva de participação dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas.

Há muito que se sabe que havia crise no sector, mas foi necessário a publicação das restrições de crédito para aquisição de automóveis para que isso servisse de «balde de água fria» e que pusesse toda a gente ligada ao sector consciente da necessidade de fazer qualquer coisa.

E foram os trabalhadores que criaram rapidamente uma comissão para estudar o problema da reconversão. E foram eles próprios que, em certo momento, descobriram que era necessário definir o papel do automóvel no país futuro.

O Ministério da Indústria, em reunião com delegados dessa comissão, decidiu, depois, promover a criação de um grupo de estudo sobre a política automóvel. Este grupo, que ficará ligado ao Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, irá tratar dos problemas que se deparam ao sector no seu conjunto, englobando, assim, os sectores industrial e comercial (este último, aliás, com o maior numero de trabalhadores), mas numa óptica de futuro.

Vai, assim, tentar definir-se, e por isso mesmo participa no grupo o Ministério dos Transportes, qual deverá vir a ser o papel do automóvel daqui a «x» anos, em conjugação com os transportes colectivos, assim como o numero de modelos a construir, e como chegar a isso a partir do que existe.

Tudo isto tem que ser definido num prazo de cinco meses. É uma tarefa eminentemente política, porque se trata de um sector que, só por si, é símbolo de um determinado tipo de civilização.

«Contrôle» da produção pelos trabalhadores: acção eminentemente política e revolucionária

«D. N.» — É, pois, nesta óptica de dinamização sectorial que o Ministério da Indústria vê o essencial do problema do «contrôle» da produção?

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA — O «contrôle» de produção pelos trabalhadores é uma questão que tem sido pouco debatida e não me é possível agora desenvolver o tema. Quero apenas acentuar que o que temos estado a ver constitui o contributo do Ministério da Indústria para que tal «contrôle» tenha uma área de aplicação mais vasta que a da empresa isolada, e para que, portanto, os trabalhadores comecem a intervir na própria «gestão social». Mas o essencial do problema não reside nisto: reside na consciência dos trabalhadores de que o «contrôle» da produção é uma acção eminentemente política e revolucionária, e nas formas justas que saibam encontrar caso a caso, para exercer essa acção que, como é evidente, ultrapassa largamente o campo estritamente sindical. E não

as pessoas fossem arrastadas por uma via desse tipo; para produzir sem saber o quê, como, para quê, para quem...

Em muitas empresas, admito que os trabalhadores tenham empenho em produzir, em tirar dos equipamentos e das suas capacidades o maior rendimento. Mas, como vimos, há problemas de mercado, de financiamento e tantos outros e penso que, de certa maneira, pode ser frustrante, em certos casos, o lançar uma batalha da produção de uma forma relativamente discriminatória.

Quando digo discriminatória é no sentido de apontar exemplos de trabalhadores — por quem, aliás, penso que deve haver toda a admiração — mas que estão em situação favorável em relação a outros que só não produzem, porque não têm condições de o fazer. E são essas condições que o Ministério da Indústria conjuntamente com outros ministérios e comissões de trabalhadores, está a tentar criar.

A imagem do trabalhador exemplar pode revelar-se um pouco contraproducente e, mais do que isso, certas afirmações que têm sido feitas recentemente, e por pessoas de responsabilidade — e que não posso de maneira nenhuma subscree-

ver — aconselhando e fomentando a denúncia de trabalhadores por outros trabalhadores. Considero que é, de facto, algo que nada tem a ver com qualquer espécie de socialismo que se queira implantar em Portugal.

Se os trabalhadores não forem capazes de encontrar as formas de se organizarem e controlarem a produção e de participarem a fundo na dinamização do seu próprio sec-